

- 32 **7. FIEC** – Federação das Indústrias do Estado do Ceará
33 Byanca Pinheiro Augusto
34 Leilamara do Nascimento Andrade
- 35 **8. FUNCEME** – Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
36 Ana Maria Lebre Soares
- 37 **9. SDA** – Secretaria de Desenvolvimento Agrário
38 Arnobio Mourão Dourado
- 39 **10. SCIDADES** – Secretaria das Cidades
40 Francisco Alberto de Castro Neto
- 41 **11. SEMACE** – Superintendência Estadual do Meio Ambiente
42 Carolina Braga Dias
43 Lincoln Davi Mendes de Oliveira
- 44 **12. AGACE** – Associação das Gestões Ambientais Locais do Estado do Ceará
45 José Iramilson C. Pereira
- 46 **13. APRECE** – Associação dos Municípios do Estado do Ceará
47 Expedito José do Nascimento
- 48 **14. UECE** – Universidade Estadual do Ceará
49 Otávio Augusto de Oliveira Lima Barra
- 50 **15. LABOMAR/UFC** – Instituto de Ciências do Mar/Universidade Federal do
51 Ceará
52 Fábio de Oliveira Matos
53 Jailton Nogueira
- 54 **16. SEUMA** – Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente do Município de
55 Fortaleza
56 Marcos André Arrais de Almeida
57 Natália Nogueira Rocha
- 58 **17. CPCE** – Capitania dos Portos
59 Adroaldo Amorim Coelho
- 60 **18. ABIH-CE** – Associação
61 Eliseu Barros

62 A Reunião teve a seguinte pauta:

63 1. Reativação do Colegiado Estadual do Gerenciamento Costeiro.

64 O secretário da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), Artur Bruno, abriu a reunião
65 às 14h20min do dia 02/07/2019, dando às boas vindas a todos os presentes,
66 explicou que nesse momento o Estado encontra-se atualizando o Zoneamento
67 Ecológico-econômico da Zona Costeira do Estado do Ceará (ZEEC), que terá 4
68 fases. Para cada fase serão realizados seminários participativos, sendo a primeira
69 fase, referente a construção do diagnóstico, que foi realizada nos municípios de
70 Caucaia, Aracati, Itapipoca e Jijoca de Jericoacoara. Complementou ainda que foi
71 necessário reorganizar o Colegiado Estadual do Gerenciamento Costeiro, criado
72 pela Lei que instituiu a Política Estadual do Gerenciamento Costeiro (PEGC), e
73 retomar as atividades com as entidades ali representadas, para que ajudar na
74 construção do ZEEC, bem como fazer uma discussão mais ampla de outros temas
75 relacionados a PEGC. Em seguida, solicitou aos membros uma breve
76 apresentação. Aproveitou para parabenizar a SEMACE, nas pessoas da Diretora de
77 Fiscalização, Carolina Braga, e do Diretor de Licenciamento, Lincoln Davi, pela
78 inauguração da estação móvel de monitoramento da qualidade do ar. O sr. Lincoln
79 Davi disse que existirão outras estações no intuito de formar uma rede de
80 monitoramento. Em seguida, passou a palavra para a Secretária de Planejamento e
81 Gestão, Maria Dias, que enfatizou que a pauta da reunião: a retomada do
82 Colegiado. Para isto foram convidadas as instituições listadas na lei, bem como
83 outras com atuação na zona costeira, no intuito de avaliar a identificação das
84 mesmas dentro do contexto do gerenciamento costeiro, além de visualizar alguma
85 instituição que porventura não fazia parte na época em que a lei foi instituída e que
86 hoje tenha muito a contribuir com o gerenciamento costeiro. A Sra. Maria Dias
87 contextualizou para os presentes que o primeiro zoneamento ecológico-econômico
88 da zona costeira do Ceará foi publicado em 2006 e elaborado pelo LABOMAR,
89 nascendo a partir daí a Lei do Gerenciamento Costeiro. Dessa forma, mediante a
90 necessidade de atualização do zoneamento, também foi observada a necessidade
91 de atualização da legislação, sendo o ponto inicial o colegiado, que é o local ideal
92 para se discutir a reformulação dessa lei. A Lei do ano de 2006 foi publicada, porém
93 não foi regulamentada. Com a publicação do novo zoneamento, será possível a
94 discussão e elaboração de uma minuta de lei para reformulá-la, bem como trabalhar
95 o decreto de regulamentação. A ideia geral é trazer os projetos que estão
96 fragmentados para uma visão integrada dentro de um programa único dentro do
97 Estado: Programa do Gerenciamento Costeiro. Dentro desse programa serão
98 abordados vários assuntos, daí a necessidade de criar Câmaras Técnicas Setoriais
99 para trabalhar assuntos específicos. Então, após a definição de quantas e quais
100 instituições comporão o Colegiado, será trabalhado o regimento interno e a forma
101 de trabalho do zoneamento ecológico-econômico. Posteriormente, o sra. Maria Dias

102 pediu aos representantes para fizessem uma leitura da instituição, analisando a
103 relação direta ou não com o tema discutido. A representante da FIEC, Sra. Byanca,
104 falou sobre a audiência realizada sobre o ZEEC, na qual foi criado um grupo de
105 trabalho para avaliar o andamento dos trabalhos do ZEEC, e também que a FIEC
106 representa vários segmentos com interesses diretos na zona costeira. A Sra. Leila,
107 também representante da FIEC, complementou falando sobre os projetos voltados
108 para a questão social e que seria interessante a participação desses grupos, os
109 quais ela teria a listagem e poderia passar. A representante do IBAMA, Sra. Ana
110 Carina, falou que o papel da instituição na área costeira está limitada no campo do
111 licenciamento e da fiscalização, previsto na LC 140/2011, e esta responsabilidade
112 hoje é dividida com a SEMACE; e sugeriu a participação do ICMBio para compor o
113 Colegiado. A representante da SETUR, Sra. Gabriela Romero, disse que foi
114 designada pela SETUR para acompanhar o ZEEC, e que participou de todas as
115 reuniões e seminários até o presente momento. Enfatizou também que a
116 preocupação da SETUR é que os serviços públicos que foram destinados para a
117 zona costeira em termos de infraestrutura, em termos ambientais, como os recursos
118 destinados à elaboração dos planos de manejos, sejam destinados e aplicados para
119 promover o turismo desse local. O representante da SPU/CE, Sr. Daniel Porto, falou
120 que o Patrimônio da União tem total incidência no zoneamento costeiro, porque
121 envolve as áreas de terrenos de marinha e acrescidos, que são terrenos da União, e
122 que já existem projetos, como o Projeto Orla e Certificação Praia Limpa, que a SPU
123 participa ativamente. Também falou da importância de projetos macros, como o
124 ZEEC e Ceará 2050, na gestão e planejamento integrado, pois quando feitos de
125 forma isolada pode haver interferências que comprometem ambos. O representante
126 da Assembleia Legislativa, Sr. Walter Cavalcante, falou que faz parte da Comissão
127 de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semiárido e que a Assembleia tem sido
128 parceira em assuntos ambientais e econômicos e que em 3 anos conseguiu aprovar
129 a regulamentação do Rio Ceará, quando comparado ao Cocó que levou 40 anos.
130 Também falou do trabalho para dar mais agilidade na análise dos processos de
131 licenças, sem compromisso da parte técnica, para trazer mais segurança jurídica
132 aos investidores. O representante da AGACE, Sr. Iramilson Pereira, falou sobre a
133 importância da articulação dos municípios costeiros para discussão e debate sobre
134 os assuntos a serem tratados no Colegiado. O representante da SEUMA, Sr. André
135 Arrais, falou sobre o acompanhamento do ZEEC pelo município de Fortaleza e
136 solicitou que a proposta de zoneamento seja compatibilizada com a legislação local
137 e diretrizes de planos e programas que estão sendo atualizados, como o Projeto
138 Orla. O representante da SEMACE, Sr. Lincoln Davi, estimou que 95 % dos
139 problemas do licenciamento estão no litoral, tanto no sentido quantitativo como
140 qualitativo, por envolver muito atores. Falou que tudo o que vir para deixar as regras
141 mais claras, para dar maior segurança jurídica e dar suporte ao licenciamento, a

142 SEMACE estará a inteira disposição para participar dos debates. A representante da
143 SEMACE, Sra. Carolina Braga, falou sobre a fiscalização e monitoramento realizado
144 pela SEMACE. Falou que esse era um momento muito oportuno para colocar o
145 estado do Ceará, em termos de normativas, a frente do Brasil, já que hoje o Brasil
146 inteiro se utiliza das normas federais: Código Florestal, Resoluções CONAMA,
147 quando existem leis estaduais, estas são superficiais. Obviamente, as leis federais
148 são regras, já que não têm como contemplar a especificidade da natureza de todos
149 os estados, que carecem de legislação que seja baseada no conhecimento mais
150 específico dos elementos da sua natureza, no caso a zona costeira do estado do
151 Ceará e estabelecer normas que permitam a utilização desses ambientes para
152 proporcionar o desenvolvimento econômico e social, mas respeitando os limites da
153 vulnerabilidade. Enfatizou que este é um momento muito importante para organizar
154 as instituições, e que concorda com a Sra. Ana Carina quanto a participação do
155 ICMBio no Colegiado. Falou também que o zoneamento é muito importante, porém
156 que, após a sua conclusão, será necessário pensar em caminhos para monitorar
157 este ambiente bastante dinâmico, como planos de monitoramento, resoluções
158 COEMA, que permitam trabalhar as emissões das licenças e autorizações de uma
159 forma que contemplem melhor os anseios da sociedade cearense. Finalizou que a
160 SEMACE está aberta para participar do diálogo e colaborar com a experiência
161 técnica. A representante da FUNCEME, Sra. Ana Maria, falou que o escopo da
162 FUNCEME não é só meteorologia, mas também meio ambiente. Falou que a
163 FUNCEME tem vários trabalhos realizados, mapeamento de todo estado do Ceará,
164 mapeamento de solo na escala de 1:100.000 previsto para ser finalizado este ano, 2
165 ZEEs nas áreas susceptíveis à desertificação em Irauçuba e região dos Inhamuns,
166 mapeamento de cobertura vegetal, uso e ocupação do solo, mapeamento desde
167 2008 até 2016 de todos os açudes do estado do Ceará a partir de 0,5 ha, além de
168 ser parceira da SEMA e SEMACE, participando e contribuindo de trabalhos e
169 reuniões. O representante da UECE, Sr. Otávio Barra, suplente do prof. Fábio
170 Perdigão, que é coordenador do Grupo de Gestão Costeira Integrada, que tem mais
171 de 20 anos de existência, com diversos trabalhos, monografias, dissertações, teses,
172 na área do gerenciamento costeiro. O objetivo do grupo em integrar o Colegiado é
173 fornecer subsídios científico e acadêmico para os assuntos que serão discutidos,
174 tendo em vista a vasta quantidade de informações monitoradas ao longo desses
175 anos. O representante da SDA, Sr. Arnobio Dourado, explicou que a SDA assumiu a
176 pasta da pesca e aquicultura familiar, após a extinção da Secretaria da Agricultura,
177 Pesca e Aquicultura e que os projetos incorporados, principalmente na área de
178 maricultura, dependem de estudos discutidos no presente Colegiado. Também
179 concorda com a participação do ICMBio. O representante da Polícia Militar, Sr.
180 Marcos Luiz, ver importância participação da instituição no Colegiado, tendo em
181 vista o resultado do zoneamento ecológico-econômico trazer impacto direto na

182 segurança de qualquer localidade que for registrado algum impasse; e se colocou a
183 disposição para ajudar, interagir e sugerir o que for viável para todos. O
184 representante da Capitania dos Portos, Sr. Adroaldo Amorim, falou que o assunto
185 discutido está indiretamente ligado à instituição, uma vez que a Marinha do Brasil
186 trabalha em cima do tripé segurança da navegação, da poluição hídrica e
187 salvaguarda da vida humana do mar, este último ligado a questão do turismo.
188 Também destacou a importância do Projeto Orla, que trabalha o ordenamento da
189 orla, para que a falta de segurança, no sentido do esporte, recreio e navegação, não
190 afaste o turista. Falou ainda que é fundamental integrar o Projeto Orla ao
191 Gerenciamento Costeiro para poder dar mais segurança ao turista, com uma praia
192 sinalizada e segura, e que permite o seu retorno. O representante da ABIH-CE, Sr.
193 Eliseu Barros, sugeriu a participação da SINDUSCON, mesmo que este já sendo
194 representado de forma indireta pela FIEC, devido o sindicato ser responsável pela
195 construção de vários empreendimentos na zona costeira. Falou também que está a
196 26 anos no ramo do turismo e que viu a perda de várias oportunidades na área da
197 carcinicultura e de energias renováveis, devido às dificuldades com o licenciamento
198 ambiental; e que o grupo é muito importante porque junta os órgãos fiscalizadores
199 com os empreendedores e que hoje a interação desses 2 grupos é vista de forma
200 positiva. Também ver o ZEEC como um instrumento que trará diretrizes para um
201 turismo sustentável e um desenvolvimento sustentável. O representante da
202 SEMACE, Sr. Lincoln Davi, falou que o último leilão que teve de energia solar e
203 eólica nenhuma empresa que entrou com processo de licenciamento deixou de
204 participar por falta de licença. Também informou sobre a modernidade da legislação
205 ambiental do Ceará frente aos outros estados. O representante da APRECE, Sr.
206 Expedito José, parabenizou pela retornada do Colegiado e que o fórum é uma
207 oportunidade para uniformizar as discussões sobre a zona costeira e para a
208 APRECE participar mais de perto do processo, já que a associação vai ter a
209 oportunidade de mobilizar, articular e conscientizar os municípios. O representante
210 da SCIDADES, Sr. Alberto de Castro, falou que a secretaria atua com o
211 saneamento, apoiando aos municípios na execução de seus planos, na parte de
212 infraestrutura viária, mobilidade urbana. Enfatizou a importância do tema do grupo,
213 uma vez que o grande atrativo do estado é a costa cearense, e disse que era uma
214 honra participar do grupo. O representante da LABOMAR, Sr. Fábio Matos, falou
215 com a instituição está a quase 60 anos atuando na área da pesquisa de ciências
216 costeiras e marinhas, formando oceanógrafos e cientistas ambientais, além da
217 parceria nas representatividades do Comitê Estadual do Projeto Orla, da
218 Certificação Praia Limpa e do Comitê Gestor do Parque Estadual Marinho da Pedra
219 da Risca do Meio. Falou a importância de integrar as ações já existentes e de
220 aproveitar esse momento para que as instituições possam ouvir e se fazerem ouvir
221 na construção do gerenciamento costeiro do estado. Sugeriu a participação de

222 algum organização não-governamental. A técnica Wersângela informou com as
223 instituições Aquasis, Verde Luz e Mar do Ceará foram convidadas. A Sra. Maria Dias
224 pediu que a técnica Wersângela fizesse a leitura dos órgãos da lei anterior para
225 identificar as instituições presentes, as que não vieram ver se tem a relação direta
226 com a temática e as instituições presentes não estão na lei anterior. A técnica
227 Wersângela informou que os órgãos listados no Art. 9º da Lei 13.796/2006 são:
228 Secretaria da Ouvidoria e do Meio Ambiente – SOMA hoje representado pela
229 Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, Superintendência Estadual do Meio
230 Ambiente – SEMACE, Secretaria de Agricultura e Pecuária – SEAGRI extinta e
231 absolvida pelas Secretarias do Desenvolvimento Econômico e Trabalho – SEDET e
232 do Desenvolvimento Agrário – DAS, Secretaria de Turismo – SETUR, Secretaria de
233 Desenvolvimento Econômico – SDE atual Secretaria do Desenvolvimento
234 Econômico e Trabalho – SEDET, Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional –
235 SDLR atual Secretaria das Cidades, Secretaria de Recursos Hídricos – SRH,
236 Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – FUNCEME, Delegacia
237 Regional da Secretaria do Patrimônio da União – SPU atual Superintendência do
238 Patrimônio da União no Estado do Ceará – SPU/CE, Instituto Brasileiro Do Meio
239 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Instituto do Patrimônio
240 Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 1 (um) representante dos Municípios
241 componentes da Costa Leste, 1 (um) representante dos Municípios componentes da
242 Região Metropolitana, 1 (um) representante dos Municípios componentes da Costa
243 Oeste, 1 (um) representante dos Municípios componentes da Costa Extremo Oeste
244 e 5 representantes da Sociedade civil organizada, com atuação na Zona Costeira
245 Estadual. Foi colocada em plenária que a representatividade dos municípios será
246 realizada pela APRECE e AGACE, o que foi acatado pelos presentes. A Sra. Ana
247 Carina sugeriu que fosse usado o fato das instituições convidadas que não
248 compareceram a reunião como indicativo de que a participação desse instituição no
249 futuro não será muito ativa. Como sugestão do Sr. Lincoln Davi, a presença do
250 Ministério Público para compor o Colegiado. O dep. Acrísio Sena também
251 concordou com a presença do Ministério público na participação dos debates. A Sra.
252 Leila sugeriu a presença da EMATERCE. Após o levantamento das instituições e de
253 todas as considerações feitas, foram contabilizadas 22 instituições. Por sugestão do
254 Sr. Fábio Matos, que as 3 vagas destinadas a sociedade civil organizada fossem
255 preenchidas pela Aquasis, Mar do Ceará e Terra Mar, totalizando 25 instituições. A
256 composição preliminar do Colegiado Estadual do Gerenciamento Costeiro será
257 formada pelas seguintes instituições: SEMA, SEMACE, SDA, SEDET, SETUR,
258 SCIDADES, SRH, FUNCEME, SPU/CE, IBAMA, IPHAN, AGACE, APRECE, ICMBio,
259 Polícia Militar, Capitania dos Portos, UECE, UFC, SEUMA, FIEC, ABIH-CE, ALECE,
260 Aquasis, Mar do Ceará e Instituto Terramar. Por fim, foi instituída a Câmara Técnica
261 para elaboração da minuta do regimento que será composta pelos representantes

262 das instituições SEMA, IBAMA, SETUR, SCIDADES, AGACE e UFC. A próxima
263 reunião ordinária ficou agendada para o dia 6 de agosto de 2019, às 14h, no
264 auditório da Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, para tratar o regimento interno e
265 apresentação do ZEEC. A Sra. Maria Dias agradeceu a presença de todos e
266 encerrou os trabalhos do dia. Nada mais tendo a tratar, foi dada por encerrada a 1ª
267 Reunião Ordinária do Colegiado Estadual do Gerenciamento Costeiro de 2019, da
268 qual foi lavrada a presente Ata, por mim, Wersângela Duaví, auxiliada por Massília
269 Santos, que após aprovada, será assinada por todos os presentes:

1. Maria Dias – SEMA	
2. Wersângela Duaví – SEMA	
3. Massília Santos – SEMA	
4. Sarah Pianowski – SEMA	
5. Daniel Porto - SPU/CE	
6. Ana Carina – IBAMA	
7. Marcos Luiz - PMCE	
8. Carolina Braga– SEMACE	
9. Lincoln Davi– SEMACE	
10. Byanca Pinheira – FIEC	
11. Leilamara Andrade – FIEC	
12. Ana Maria - FUNCEME	
13. Otávio Barra – UECE	
14. Fábio Matos - LABOMAR/UFC	
15. Jailton Nogueira – LABOMAR/UFC	
16. Walter Cavalcante – CMADS/ALECE	
17. Acrísio Sena – CMADS/ALECE	
18. Yanna Lira – CMADS/ALECE	
19. Alberto de Castro – SCIDADES	
20. Gabriela Romero – SETUR	
21. Arnobio Mourão – SDA	
22. Adroaldo Amorim – CPCE	
23. Iramilson Pereira – AGACE	
24. Expedito do Nascimento – APRECE	
25. André Arrais – SEUMA	



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Meio Ambiente

26. Natália Nogueira – SEUMA	
27. Eliseu Barros – ABIH-CE	



LISTA DE FREQUÊNCIA

1ª Reunião Ordinária do Colegiado Estadual do Gerenciamento Costeiro – 2019

Local: Auditório da SEMA		Data: 02/07/2019		Horário: 14h	
Nº	INSTITUIÇÃO	REPRESENTANTES	TELEFONE	EMAIL	
1	SEMA	Wersonyngela Eufrásio Duarte	(85) 3101-1251	wersonyngela.duarte@sema.ce.gov.br	
2	FUNCEME	Diana Socorro Kolbre Soares	(85) 3101-1119	dianasoares@funceme.ce.gov.br	
3	IBAMA	ANA CARINA F. O SCHNEIDER	(85) 3507-1133	ana.carina@ibama.gov.br	
4	SETUR	Geibida Renner Collier	(85) 99629.1370	geibida.renner@setur.ce.gov.br	
5	PRCE	ANDRÉ LDO ANTONIO DE LHO	(85) 9822-3030	andrelho@MARSHALL.MIL. BR.	
6	SFIEC	RYANCA PINHEIRO AUGUSTO	(85) 981476049	ryanca@sfiec.ce.gov.br	
7	SFIEC	Landreza dos Abscarnos Andrade	(85) 988682451	landreza@sfiec.org.br	
8	PMCE	MARLEN JUIFFRANCE GOMES	(85) 9187859157	marlenjg@pmce.ce.gov.br	
9	SDA	FRANCISCO MOURÃO LOUREIRO	(85) 9888737055	francisco.loureiro@sdac.ce.gov.br	
10	VECE	OTAVIO COLBARRETTA	(85) 987603729	otavio.colbarre@vece.br	

1ª Reunião Ordinária do Colegiado Estadual do Gerenciamento Costeiro – 2019

Local: Auditório da SEMA		Data: 02/07/2019	Horário: 14h	
Nº	INSTITUIÇÃO	REPRESENTANTES	TELEFONE	EMAIL
11	AGAPE	Jose Iransidson e Pereira	991029843	mic.barrreira@yahoo.com.br
12	SRyce	DAUIEL ROZEO BARBOSA	98894-9709	daniel_brbosa@pbmisenito.gov.br
13	SEMURÉ	Andriana Dinora Dires	8101.5512	Andriana.Dinora@semurce.ce.gov.br
14	SEUMA	Nezália Nequeira Rocha	31051383	nezalia.nequeira@fortaleza.ce.gov.br
15	APNECE	Expedito José de Menezes	85.99227.11.77	
16	ABIN-CE	Euseu Brees	99981-4803	EuseuBrees@semari.com
17	Assunção	Walter Cavalcante	988864224	walter.cavalcante@oi.com.br
18	LABOMAR	FABIO DE OLIVEIRA MATOS	98869-3694	FABIAMATOS@UFC.BR
19	LABOMAR	SAILTON NOGUEIRA	(85) 339561878	STA@UFC.BR
20	Assembleia	YANIVA LIRA WACHARD	(85) 987451758	YANIVA-LIRA@hotmail.com



LISTA DE FREQUÊNCIA

1ª Reunião Ordinária do Colegiado Estadual do Gerenciamento Costeiro – 2019

Local: Auditório da SEMA		Data: 02/07/2019		Horário: 14h	
Nº	INSTITUIÇÃO	REPRESENTANTES	TELEFONE	EMAIL	
21	SEMA	SARAH PIANOWSKI	3101-1230	SARAH.PIANOWSKI@SEMA.CE.GOV.BR	
22	SEMA	IVASINDA BARETEIRA	3101-1230	ivasinda.bareteira@sema.ce.gov.br	
23	SEMA	CRIS MARILIA S. SILVA ALBUQUERQUE	3101-1251	marilia.albuquerque@sema.ce.gov.br	
24	SEMA	LINDIM BAVI MENDES DE OLIVEIRA	3101-5535	lindim.bavi@sema.ce.gov.br	
25	SEMA	Mouly Andry Ann de Almeida	3452-6910	andry.ann@portal.gov.br	
26	SCIPADES	FRANCISCO AUGUSTO DE CASTRO NETO	3101-4478	alberto.castro@ciudades.ce.gov.br	
27					
28					
29					
30					